



Foi num congresso
no mês de julho, em Havana, que o professor da Ufrgs, Fernando Ferrari Filho, notabilizou-se por atrair a atenção do socialista Fidel Castro para as idéias de um economista liberal. Ferrari mostrou que John Maynard Keynes, nome tradicionalmente associado ao pensamento "burguês", preconizava o controle monetário e cambial muito antes dos teóricos de esquerda

Página 12

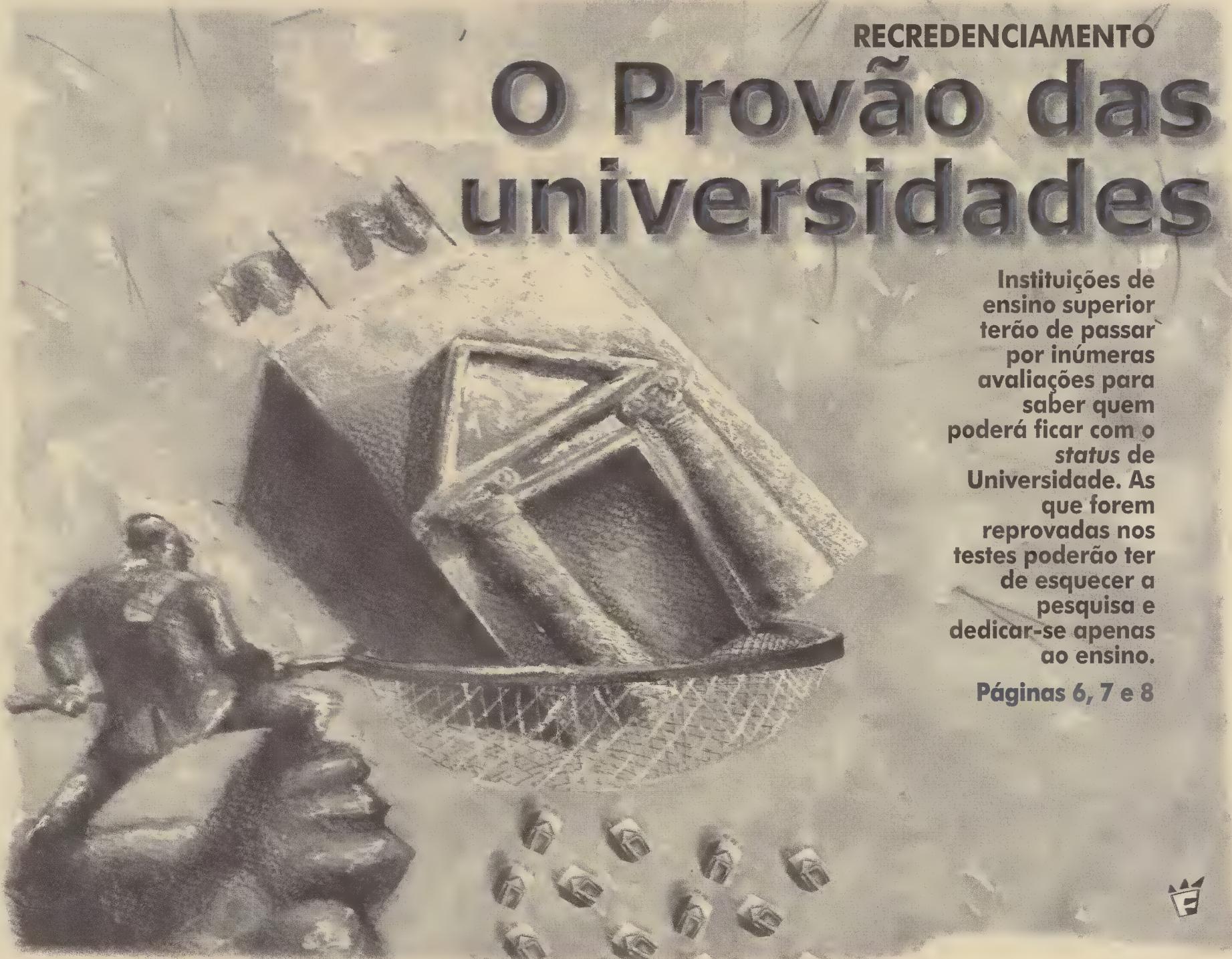
Fabricia Osanai

**RECREDENCIAIMENTO**

O Provão das universidades

Instituições de ensino superior terão de passar por inúmeras avaliações para saber quem poderá ficar com o status de Universidade. As que forem reprovadas nos testes poderão ter de esquecer a pesquisa e dedicar-se apenas ao ensino.

Páginas 6, 7 e 8

**Interação**

Universidade e indústria, ao lidarem com produção e utilização do conhecimento, devem trilhar caminhos convergentes?

Pág. 5

Positivismo

Demétrio Ribeiro retoma, no bicentenário de Augusto Comte, a doutrina do criador da Religião da Humanidade

Pág. 10

Corte em C&T

O pacote fiscal do Governo arrochou ainda mais o setor de Ciência e Tecnologia no Brasil. Ao cortar cerca de R\$ 69 milhões no orçamento deste ano para o setor, o Governo decide não investir nos institutos de pesquisa e no fomento, optando pela importação de tecnologia. Lamentavelmente, iremos pagar um alto preço – que não se restringe ao pagamento de royalties pela tecnologia importada – pelo desestímulo à pesquisa e à produção de conhecimento em nosso país.



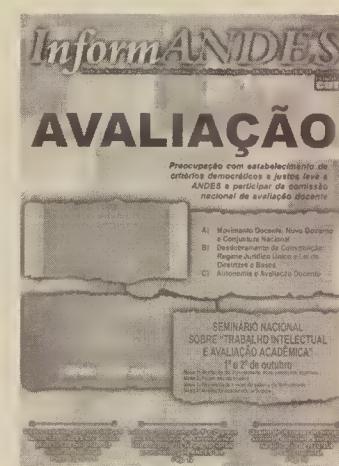
Arrocho na área social

Dos R\$ 4 bilhões cortados do Orçamento, quase R\$ 1,5 bilhão das dotações foi retirado das áreas da Saúde (R\$ 800 milhões), Educação (R\$ 291 milhões) e Previdência Social (305 milhões). A Reforma Agrária, que era considerada “prioritária” pelo Governo, ficou em sexto lugar na lista dos maiores cortes: R\$ 181 milhões a menos. Percentualmente, os cortes no Orçamento no setor social foram menores do que nos demais ministérios, embora os valores cortados tenham sido mais altos. Em termos proporcionais, os maiores cortes atingiram os ministérios da Agricultura, Meio-Ambiente e Minas e Energia.

Ensino Médio

O ministro Paulo Renato (Educação) tenta convencer os estados a financiar a expansão do Ensino Médio (2º Grau) com os recursos que hoje são investidos nas faculdades e universidades estaduais. Segundo a Constituição, os estados devem destinar, no mínimo, 25% de sua arrecadação à Educação. Desse total, pelos menos 15% são destinados ao Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries) e os 10% restantes, segundo a Constituição, devem ser aplicados no Ensino Médio. Mas não há impedimento legal em dividir esses recursos entre o Ensino Médio e a rede estadual de ensino superior.

Andes I



O boletim *InformANDES*, principal órgão de divulgação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes/SN), foi reformulado. O objetivo, de acordo com a diretoria da Andes, é fazer com que com a publicação “seja um eficiente instrumento da ação política” da entidade. Segundo Robério Marcelo Ribeiro, diretor de Imprensa e Divulgação, as modificações implantadas no boletim – agora em quatro cores, papel couchê e com maior número de páginas – visam a melhor visibilidade do veículo, possibilitando “o debate mais amplo sobre questões de interesse da categoria”.

Andes II

A nova diretoria da Andes convocou, para os dias 11 a 15 de setembro, a realização do IV Conad Extraordinário. Na pauta do encontro figuram: *Democracia Interna no Movimento Docente, Avaliação da Greve das Ifes e Avaliação Docente e Autonomia Universitária*. O patrono deste Conad será o professor Aloísio Teixeira, que venceu a eleição para a reitoria da UFRJ, mas não foi nomeado.



Cidadãos, às urnas!

Infelizmente, contra a vontade da Assembléia Geral da Adufrgs, foi marcado o Conad (Conselho Nacional de Associações de Docentes) para analisar a greve.

O entendimento que prevaleceu na AG da Adufrgs é que esta questão deveria ser objeto de um seminário a ser realizado posteriormente às eleições gerais e ao encaminhamento da questão da elaboração de critérios de avaliação do GED (Gratificação de Estímulo à Docência)

Os participantes da assembléia, em grande parte das intervenções, se manifestaram no sentido de que, dada a urgência da questão eleitoral, sobre a qual já tiramos posição, esta assume a principalidade na canalização de nossas energias em detrimento das questões internas sobre as quais poderemos nos ater mais tarde.

Os recentes desdobramentos da crise econômica mostram as respostas que o governo tem dado para enfrentar a fuga em massa de capitais, confirmando as nossas piores expectativas.

Recusando a alternativa de estabelecer controle para a saída de capitais, o governo persiste em se mostrar subserviente aos interesses dos especuladores e envia os sinais que, espera, possam mostrar que ele (o governo) está disposto a tudo para preservar o rico dinheirinho dos investidores.

Assim agindo, não só não tem impedido a saída de divisas como as tem acelerado. Os

especuladores sabem, e para tal existem os gabinetes de consulting para orientá-los, que quanto mais se aumenta os juros para atrair os capitais voláteis, mais inviável fica honrar os compromissos a médio prazo. Só que o médio prazo é depois das eleições. E aí, a conversa vai ser outra.

Nós temos a obrigação de usar nossa capacidade de argumentação para mostrar para as pessoas a contradição que existe entre aumentar a taxa de juros de um lado e diminuir o déficit ao mesmo tempo que se investe na área social e se gera empregos.

O teorema correto é: o aumento da taxa de juros conduz à diminuição da demanda que o induz à recessão que gera desemprego.

Outra variante é: o aumento dos juros implica no aumento do serviço da dívida pública que gera déficit ou corte de gastos. Onde? Já começou e inclui a área social em geral e a educação, em particular.

Embora o ministro Paulo Renato declare que esses cortes podem ser bem absorvidos pelo Ministério, nós temos certeza de que vai sobrar para nós. O aumento do desconto previdenciário está na berlinda. A reposição de vagas e as verbas de custeio seguramente sofrerão cortes.

Então, colegas, no meio de tudo isso, ainda temos que concluir o semestre e discutir a greve.

*Ora! Tenham paciência!
Cidadãos, às urnas!*

ELEIÇÕES NO RS



A utilização de pesquisas de intenção de voto é a bússola a indicar os rumos das campanhas eleitorais. Sua divulgação pela mídia obedece à expectativa de que o eleitor, indeciso e propenso a colocar um ponto final no processo, tende a premiar o candidato que lidera a disputa.



A manipulação das pesquisas eleitorais

Miriam Gusmão

A história política do Rio Grande do Sul indica uma tradição de estabilidade eleitoral, ou seja, a maioria dos eleitores não flutua significativamente, mantendo suas opções ao longo do tempo. As pesquisas eleitorais – fenômeno das últimas décadas – vinhão confirmando essa realidade. Especialmente em Porto Alegre e na região metropolitana, os partidos e candidatos de esquerda contavam com vantagem histórica. O fato foi contrariado pela pesquisa Ibope realizada no período de 28 de agosto a três de setembro último, que indicou uma inversão repentina dessa correlação de forças. Além da busca alteração da realidade, contrariando a consulta divulgada duas semanas antes pelo mesmo instituto, o resultado não condiz com a pesquisa Datafolha, realizada entre os dias primeiro e dois de setembro, assim como com o que foi apurado, no mesmo período, pelo núcleo de pesquisas eleitorais da Ufrgs.

Tanto a inusitada mudança de comportamento eleitoral em tão curto período quanto a disparidade de dados das diferentes pesquisas, despertam atenção e exigem análise. Na pesquisa Datafolha, o candidato a governador Olívio Dutra teria crescido, na região metropolitana da capital, de 41 para 44 pontos percentuais, enquanto o candidato Antônio Britto teria caído de 42 para 41 pontos, em relação à consulta anterior. Pelo Ibope, na mesma época, Antônio Britto teria disparado para 51 pontos e Olívio Dutra despenhado para 23 pontos percentuais. A empresa RBS, que contratou a pesquisa Ibope, não empreendeu a presumível investigação jornalística para apurar e analisar, com fontes diversas, o dado novo do eleitorado metropolitano. Contentou-se em atribuir a inversão de forças aos programas do horário gratuito de rádio e televisão, fator que já estava em seus pro-

nósticos, meramente hipotéticos, quanto à evolução do processo eleitoral.

No jornal *Zero Hora* do dia 23 de agosto, o colunista da página dez já havia previsto, por sua própria vontade, que o único fator novo na campanha política seria a propaganda no rádio e televisão e que, conforme afirmou, "qualquer oscilação só vai ser captada na primeira semana de setembro, transcorridas duas semanas de programação". Uma postura efetivamente jornalística, naquele momento, não ousaria circunscrever o processo político no âmbito dos recursos técnicos da propaganda eleitoral, visto que os abalos da economia internacional e a vulnerabilidade da economia brasileira já estavam expostos e anunciam um quadro de incertezas, com possíveis repercuções políticas.

O doutor em Ciência Política Marcello Baquero, especialista em comportamento eleitoral e integrante do núcleo de pesquisas da Ufrgs, considera que a inversão de forças na região metropolitana, apontada pelo Ibope, seria o atestado de um momento histórico sem precedentes e exigiria outras perspectivas de análise. A propaganda de rádio e televisão, presente nas eleições anteriores, não era, até agora, suficiente para mexer nessa correlação. Baquero observa que há deturpações na forma de divulgação dos dados gerais das pesquisas pelos veículos de comunicação. Mas, com relação ao item que analisamos, o cientista destaca também o problema evidenciado, das distorções entre as pesquisas. Acrescenta que a pesquisa realizada pela Ufrgs apresentou a mesma correlação de forças de 1994, na região metropolitana de Porto Alegre, com vantagem para o candidato Olívio Dutra.

Baquero pondera que os institutos de pesquisas do país são experientes e zelam por sua própria reputação, tendo todos os mecanismos técnicos para detectar e evitar viés em suas auferições. A margem de er-

ro das pesquisas do Ibope, em seus dados globais, está entre 2,2 e 3 por cento, o que é considerado muito bom. Mas especificamente com relação a essa questão e à divergência com os dados da Datafolha, o cientista político problematiza o que foi declarado pelo gerente regional do Ibope, Domício Torres: que haveria aí uma margem de erro de 6 por cento. "Do ponto de vista do rigor científico", lembra Baquero, os resultados perdem a confiabilidade quando ultrapassam a margem de erro de quatro por cento". Com isso, no entender do professor, as interpretações do dado relativo ao comportamento eleitoral da região metropolitana precisam ser cautelosas, relativizar números e aguardar novas consultas aos eleitores.

Diligências eleitorais

Embora não acredite que as pesquisas induzam a decisão dos eleitores, Baquero admite uma espécie de condução das vontades com o recurso que, no marketing político, é chamado de "técnica da diligência". A denominação faz uma alusão às diligências que, no passado, percorriam o oeste norte-americano e às quais se juntavam pessoas dos diferentes lugarejos por onde passavam. Não importava para onde ia a diligência; ela passava e a opção era seguir com ela. O mesmo papel, segundo o professor, desempenham as pesquisas preliminares dos processos eleitorais, capazes de arregimentar eleitores para pré-candidaturas, antecipando-se às demais definições de candidatos.

Mas a maior condução do eleitorado processa-se, na avaliação de Baquero, através dos meios de comunicação, incluindo o modo como divulgam as consultas aos eleitores. "As manchetes nem sempre traduzem a realidade demonstrada pelos diferentes dados

continua na página seguinte

ELEIÇÕES NO RS



continuação da página anterior

tabulados nas pesquisas", sublinha o professor. A interpretação científica dos resultados compara quadros, observa o cruzamento de dados, relativiza fatos e destaca reais alterações. Dados duvidosos numa consulta exigem retorno ao campo pesquisado e não autorizam conclusões precipitadas.

A professora titular do departamento de estatística da Ufrgs, Jandyra Fachel, uma PhD em estatística, tem o mesmo posicionamento de Baquero quanto à condução do eleitorado pelos meios de comunicação. Ela agrupa uma outra questão, que seria a convivência da lei eleitoral vigente: "Tanto a desproporção do tempo de cada candidato no horário gratuito como a permissão de inserções pagas, ao longo das programações de rádio e televisão, determinam a completa desigualdade de condições na disputa". Para a professora, o mais grave são as inserções pagas, que atingem os eleitores dentro de suas programações preferidas, incluindo os horários nobres, e que dão total supremacia ao poder econômico. "Quem tem mais dinheiro vai aparecer mais", comenta, "e faz parte das premissas do marketing o fato de que o número de inserções contribui preponderantemente para a aceitação de um produto".

Mesmo ponderando que a consulta Ibope tem um padrão de qualidade respeitável, Jandyra Fachel admite que alguns aprimoramentos possam ser feitos, como na questão que interroga sobre as preferências do eleitor para o segundo turno. Quando estivemos na sede regional do Ibope, no dia nove último, pudemos constatar que, no texto de todas as pesquisas realizadas para a RBS nesta eleição, o nome de Antônio Britto é sugerido em primeiro lugar e o de Olívio Dutra em segundo, nas duas únicas opções de segundo turno oferecidas ao eleitor, além da possibilidade de não opinar. Há, no texto, uma recomendação ao pesquisador para que altere a ordem dos nomes no decorrer de suas consultas. No entanto, fica difícil um controle desse procedimento. Para Jandyra, o ideal seria que os questionários já apresentassem

textualmente ordens alternadas.

Ainda quanto às previsões de disputa no segundo turno, perguntamos ao professor Baquero se seria correto determinar, desde o início, essa única possibilidade em detrimento dos demais candidatos. O cientista político informou que os dados da eleição autorizam o trabalho com apenas algumas das variáveis, como foi feito. Mas Baquero reconhece que, do ponto de vista do pluralismo partidário, há prejuízo. A candidata Emilia Fernandes, por exemplo, que integra um partido com tradição no estado e que, nas eleições de 94 constituiu-se individualmente no que se costuma chamar de "fenômeno eleitoral", com sua surpreendente votação ao Senado, ficou sem visibilidade diante dos eleitores. A não apresentação de seu nome desde o início retira qualquer chance de que venha a constar no segundo turno e inviabiliza a eventual repetição de seu "fenômeno".

Questões obscuras

Uma pergunta do questionário Ibope, introdutória de todas as pesquisas realizadas para a RBS, chama atenção por não pertencer ao contexto examinado, das avaliações políticas e das preferências eleitorais. Ela diz, textualmente: "Para começar, como o(a) sr.(a) diria que se sente com relação à vida que vem levando hoje? O(a) senhor(a) está: 1) muito satisfeito, 2) satisfeito, 3) insatisfeito, 4) muito insatisfeito, 5) não sabe, não opinou." Ao vermos essa questão tabulada e cruzada com as variáveis de faixa etária, renda e preferências eleitorais, perguntamos ao gerente do Ibope, Domício Torres, se não se trataria de um dado fora de contexto e de difícil avaliação. Alguém pode estar muito satisfeito por ter reatado uma relação amorosa ou por ter recebido uma herança, o que nada tem a ver com suas impressões sobre o governo.

O senhor Domício Torres respondeu que se trata apenas de uma questão para "quebrar o gelo" com a pessoa pesquisada, não podendo, de fato, ser um dado significativo. Faltaria ao Ibope recomendar a *Zero Hora* para não incluir esse dado em seu caderno de eleições, como vem ocorrendo. Na página três do ca-

derno de eleições do dia seis de setembro, por exemplo, logo abaixo de um quadro em que a maioria dos eleitores, independente de seu voto, acreditaria na vitória de Antônio Britto, foi colocado um quadro denominado "felicidade" com um gráfico que destaca a maioria dos gaúchos satisfeita com a vida.

Para a reflexão sobre o verdadeiro quadro pré-eleitoral e sobre a condução das informações que o alimentam, poderíamos ainda destacar o descaso do jornal *Zero Hora* para com dados como o que apontou rejeição da administração do governador Antônio Britto pelos eleitores de Porto Alegre. Esse é um dos dados, por exemplo, da pesquisa Ibope do período de 14 a 19 de agosto, correspondendo à questão de número 10 formulada ao eleitor.

As pesquisas espontâneas não recebem igualmente o devido tratamento, embora apresentem dados que relativizam o que é apurado pela pesquisa estimulada. Além das diferenças percentuais entre os candidatos serem expressivamente menores nas pesquisas espontâneas, o percentual considerável de indecisos, que na penúltima pesquisa Ibope era de 47% e na última ainda permanecia em 29%, indicariam cautela aos jornalistas em definir resultados antes das urnas e até mesmo antever as eleições municipais do ano 2000.

Ainda quanto à elaboração da pesquisa Ibope, em que pese o padrão de qualidade declarado pelos especialistas, observamos que, como todo trabalho humano, ela não é perfeita, apresentando, além de problemas como os já referidos, algumas imprecisões. A pesquisa que corresponde ao período de 28 de agosto a três de setembro apresentou, por exemplo, dupla opção de voto nulo para presidente da República, nos itens 13 e 14 da questão de número quatro. A pergunta de número 11 do mesmo questionário, referindo-se a candidatos a deputado, e indagando sobre os fatos que mais pesam na escolha, enumerou, como item de número 9, o "o programa de governo do candidato". Como sabemos, "programa de governo" é uma expressão adequada a candidatos ao executivo e não ao legislativo.

DUPLA FACE

Jorge Quillfeldt / Depto. de Biofísica-Ufrgs e Representante Docente no Consun

Arrependei-vos, pecadores!

Ou como nos convenceram de que somos "inúteis" à sociedade e que a interação com o capital "produtivo" é a única forma de expiarmos nossa "culpa"

A culpa é uma ferramenta administrativa muito útil. O manuseio das consciências e a conquista da aquiescência sempre é mais fácil se as iniciativas, porventura dissidentes, forem previamente amaciadas com algum lembrete, alguma cobrança...

A Universidade Pública brasileira não cumpre seu papel social, este, um mote muito difundido. Como um espetro, tal acusação ronda a consciência dos acadêmicos brasileiros, fazendo-nos sentir culpados por não ajudar o país, de ineficiência, de incompetência, de irresponsabilidade, de alto custo e de corporativismo.

Mas, temos reais motivos para pensar assim? De concreto, temos o fato que conseguiram nos convencer de que somos *inúteis* e nos oferecem a solução redentora: *interagir com o setor empresarial/privado*. Esta é a única alternativa apresentada, desviando a atenção dos cortes efetivos nos recursos por parte do Estado que vem renunciando, progressivamente, de suas funções básicas. Tal *modus pensandi* conseguiu inúmeros adeptos e defensores dentro da academia: tensionados entre os baixos salários e o sucateamento infra-estrutural. E farejando benesses pessoais em "colaborar" com a nova moda, muitos colegas atiram-se ao mais ferrenho discurso pró-interação universidade-empresas, passando a impressão de que só assim haveria a expiação de nossos terríveis pecados.

Evitemos, em nome da brevidade, a discussão de qual o projeto deste governo, ou quais as alternativas possíveis. Se pretendemos qualquer tipo de desenvol-

vimento tecnológico/industrial, só há duas opções: importação de pacotes prontos ou desenvolvimento local de tecnologias. São projetos excludentes. Para o primeiro, a função das universidades seria basicamente *formar recursos humanos qualificados* (e até certo ponto). Para o segundo seria, além de formar pessoas, *produzir conhecimento científico básico e aplicado, o que alimentaria as tecnologias que pretendemos estabelecer aqui de forma independente*.

A leitura das políticas do atual governo para o setor industrial nacional, de qualquer porte, bem como as políticas para o ensino superior do MEC, ditadas por acordos e empréstimos do Bird, apontam para o primeiro destes projetos. Ora, se isso é verdade, *talvez não estejamos mesmo cumprindo nosso "papel social"*, uma vez que as Universidades Públicas brasileiras – em que pesem todos os seus defeitos –, balizadas pelo princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, são a sede de praticamente toda a incipiente, porém respeitável (em nível de Terceiro Mundo) produção científica nacional. Nossa erro seria, então, que a Universidade Pública ainda está dirigida a um *Projeto Nacional* de independência com soberania, que não mais existe. Portanto, estariamos fazendo *demais* e isto *estaria custando muito caro!* Se houvesse um *Projeto Nacional Soberano* em implantação, quem se sentiria *culpado* por estar formando pessoas e produzindo conhecimento científico?

Mas isso parece ser coisa do passado. Mais adequa-

Interação entre universidade e indústria, de forma institucional ou não, é o assunto adverso desta edição

do e barato seria a massificação de *escolões de Terceiro Grau*, por exemplo, baseados em um ensino informativo e no adestramento técnico/prático, possivelmente a universidade *sob medida* diante da presente proposta governamental, capaz de ampliar enormemente as vagas no ensino superior.

Não somos tacanhos a ponto de não perceber os problemas da Universidade Pública, nem rejeitamos a possibilidade de interações aqui ou ali com o setor do capital produtivo privado. Esta é apenas uma de muitas diferentes interações com a sociedade que as Ifes têm feito. Mas questionamos a fórmula *kamikaze* que coloca esta opção como a melhor, ou mesmo única, colocando nosso patrimônio físico e humano maciçamente a serviço deste segmento da sociedade, em detrimento dos demais. É o *aparelhamento* total do serviço público por parte do setor privado. E o resultado já estaria aparecendo se avaliássemos com seriedade os atuais programas de prestação de serviço e de colaboração com o setor privado. A mais recente novidade são os cursos de *mestrado profissionalizante* que, além de ferir mortalmente o princípio da gratuidade – única salvaguarda legal do papel público da universidade Pública brasileira –, favorecem uma série de *relações perigosas* no seio da tão mal-tratada academia, desviando mais e mais nossos tão desmotivados talentos de sua obrigação precípua que é atender o aluno ordinário, não pagante. Será que o projeto para as universidades é transformá-las em *boteços*?



Luiz Franca Neto / Doutorando em Engenharia Elétrica pela Stanford University

Saúde Universitária e Saúde Industrial

Universidade e indústria, apesar de terem objetivos institucionais diferentes, têm suas trajetórias entrelaçadas quando lidam com geração e utilização de conhecimento. Esta aproximação atrela prosperidade universitária e prosperidade industrial essencial e intrinsecamente. Esta aproximação universidade-indústria é imprescindível para que nossas universidades alcancem status de centros de excelência em padrões internacionais e para que nossa indústria se positione melhor em um mundo cada vez mais competitivo e globalizado.

As universidades são responsáveis pela formação de recursos humanos e geração e difusão de conhecimento. Seus programas de graduação e de pós-graduação são ambos responsáveis pela formação de recursos humanos, mas é apenas na pós-graduação, nos programas de doutorado, que as universidades alcançam "massa crítica" em professores, pesquisadores, alunos (de doutorado) e equipamentos para desenvolverem escala na geração de conhecimento. É através de seus programas de doutorado que as universidades têm uma porta aberta para suas relações com a indústria, relações estas capazes de explicar a importância e justificar o financiamento de suas pesquisas.

A indústria tem por objetivo institucional gerar lucro, e o investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico só lhes é justificável se os conhecimentos adquiridos e a detenção destes conhecimentos lhe derem vantagem industrial ou comercial sobre os competidores. A garantia de respeito à propriedade intelectual ou propriedade industrial, patentes, copyrights e trademarks, hoje em consenso no Brasil, é condição necessária para que haja interesse em pesquisa e desenvolvimento tecnológico por parte da indústria e, consequentemente, viabiliza seu interesse nas relações com

as universidades no intuito de gerar conhecimento que lhe venha a ser útil. Além disso, no Brasil, uma inflação hoje baixa e controlada, viabiliza a espera pela maturação de novos conhecimentos e planejamento estratégico de médio e longo prazos em nossa indústria. Todos estes fatores, então, conspiram para que seja parte dos planos industriais um maior relacionamento com nossas universidades.

Estabelecida então a tendência à aproximação entre nossas universidades e a indústria, novas perspectivas de crescimento se oferecem para ambas. Entretanto, serão nossas universidades as mais dramaticamente cobradas nestes novos tempos. Uma aproximação universidade-indústria requer maior flexibilidade e eficiência em nossas universidades e exige que nossas universidades tenham o que ensinar à nossa indústria. Novas práticas universitárias que premiem academicamente e financeiramente o mérito e a excelência precisam ser estabelecidos como valores centrais em nossas universidades, e são o único caminho para que nossas universidades sejam capazes de atrair e reter os seus quadros nossas melhores cabeças, com ofertas de salários atraentes.

Caso nossas Universidades Federais alcancem a autonomia financeira já de muito tempo desejada, da mesma forma que as nossas Universidades Privadas, elas terão de se auto-administrar mais profissionalmente para os novos tempos e, eventualmente, precisarão compor seus orçamentos com verbas das mais variadas fontes. Universidades Federais poderiam ter, por exemplo, 50% de seu orçamento vindo do governo federal, 15% de mensalidades de alunos (com oferta de bolsas para os comprovadamente carentes) e o restante de contratos de pesquisa e consultorias com a indústria ou com o próprio governo e agências de fomento.

Neste novo cenário, as universidades entram como personagens importantes na vida econômica do país e são um vértice fundamental no triângulo universidade-governo-indústria. Mas, crescimento e ganhos trazem cobranças, perseguem metas e requerem profissionalismo. O corpo docente de nossas universidades precisa se alinhar com o das melhores universidades do mundo e isto exige alta qualificação docente, próxima dos 100% de doutores entre os professores e também que eles demonstrem a qualidade do conhecimento que geram via submissão de suas publicações a jornais e revistas técnicas internacionais de prestígio para julgamento (de seus trabalhos) pela comunidade científica internacional.

Até hoje, a relação universidade-indústria no Brasil foi mais um desejo que uma realidade, mas os novos tempos exigem esta aproximação. A relação universidade-governo também não tem sido muito fácil, dado o espírito de corpo das nossas universidades e de sua grande aversão a serem avaliadas por parâmetros aceitos internacionalmente para justificar o financiamento de suas pesquisas: volume e qualidade de publicações. Mas os tempos estão mudando e o Brasil caminha, irreversivelmente, para uma maior integração com o cenário mundial e não será surpresa se universidades como a Ufrgs, estrategicamente colocada caso o Mercosul se estabeleça, despontem como centros de excelência em padrões internacionais, reforçando suas relações com a indústria e economia ao seu redor e provando, mais uma vez, que saúde universitária e saúde industrial estão hoje, mais que nunca, fundamentalmente ligadas.

Homepage: <http://www-snow.stanford.edu/~franca>

RECREDENCIAÇÃO

Universidades entram na peneira do MEC

James Görgen

Pouca gente ouviu falar e muito menos ainda são os que discutem os critérios de avaliação para o recredenciamento das universidades brasileiras. Definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei 9.394/96) e por um parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), eles serão a senha para a implantação dos novos conceitos do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) na criação e readaptação dos estabelecimentos de ensino superior. Conceitos estes regidos, principalmente, por uma qualidade ancorada na acumulação de títulos, índices, notas, estatísticas e muitos números.

Inspirada no modelo inglês de avaliação das universidades, a receita do ministro Paulo Renato Souza não é segredo. Desde o ano passado, ele vem afirmando que pretende implantar o recredenciamento no segundo semestre de 1998. A cartilha, elaborada por quatro conselheiros do CNE, tem 13 páginas e foi aprovada no dia 5 de agosto, com dois votos contrários, sob a forma do Parecer nº 556 da Câmara de Ensino Superior.

Circulando apenas nos gabinetes do MEC e na mão de poucos interessados, o texto com os critérios que poderão fechar universidades e causar uma corrida desenfreada à qualificação produtivista é desconhecido do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes/SN), de alguns reitores e causou polêmica entre o CNE e o MEC.

Passado mais de um mês, o ministro estranhamente ainda não homologou o parecer, que não é confidencial mas curiosamente vem sendo pouco debatido. Assim for aprovado pelo MEC, o documento pode se transformar em uma portaria ou decreto do

Ministério ou, ainda, virar resolução do CNE. A partir daí, cerca de 900 instituições de ensino superior do país estarão passando pela peneira do MEC. Só que, antes, é preciso resolver um novo impasse: o que fazer com o resultado da avaliação?

Obcecado pela idéia da melhoria da qualidade do ensino a qualquer preço, o ministro vem usando o recredenciamento como uma arma para coagir as universidades a se adequarem aos padrões do MEC. As que não rezarem por esta cartilha, perderão o status de universidade e poderão ser rebaixadas de categoria (veja matéria ao lado) tendo de se dedicar somente ao ensino e à formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Presidente do CNE, Éfrem Maranhão, explica que o Conselho prefere apenas cumprir a lei. "Punição não é a primeira coisa que se deve fazer", entende. "O novo sempre traz uma preocupação associada à punição, que deve ser uma consequência", acrescenta ao alertar que as universidades que não fazem pesquisa terão que se adequar.

Filosoficamente, o CNE exagera o recredenciamento como um momento de reflexão que pode resultar na redefinição do papel da instituição ou apenas em um planejamento estratégico que alcance melhores padrões de ensino, pesquisa e extensão. "É a hora de se analisar o papel que cada instituição já representa na região e descobrir como melhorá-lo", ensina o presidente.

Sejam quais forem os critérios de avaliação adotados, a idéia de seguir a tendência mundial e concentrar a maior parte da pesquisa num pequeno número de instituições com padrão de excelência internacional é uma certeza. "Depois do recredenciamento, é possível que se reduza o número de universidades que fazem pesquisa básica", admite Éfrem Maranhão.

Procedimentos e indicadores do processo de avaliação existentes

- 1 Relatórios de Comissões de Especialistas, de Comissões Verificadoras e de Análise das Condições de Oferta;
- 2 Dados fornecidos pela auto-avaliação institucional;
- 3 Resultados do Exame Nacional de Cursos (Provão);
- 4 Informações do censo educacional;
- 5 Resultados da avaliação dos cursos de pós-graduação efetuada pela Capes.



Instituições terão de definir o seu papel

Editada em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) modificou sensivelmente os conceitos e procedimentos de reconhecimento de universidades ou abertura de cursos. A primeira mudança foi exatamente essa: a figura jurídica que antes era tratada como reconhecimento de cursos e instituições foi dividida. Enquanto os cursos continuaram a ser reconhecidos, as instituições, de acordo com o artigo 46, terão de passar agora por credenciamento e recredenciamento.

Depois de passar por várias etapas de avaliação, entre elas a auto-avaliação e a visita *in loco* da Comissão de Avaliação (veja, abaixo, quadro com os principais passos), a instituição que receber recomendação de recredenciamento condicional terá até quatro anos para se enquadrar nas exigências do MEC para ser reavaliada. Se, ao final deste processo, os requisitos não forem alcançados, a Comissão poderá recomendar a reclassificação da instituição em qualquer uma das categorias previstas pela LDB, a desativação de cursos e habilitações, a intervenção na instituição, a suspensão temporária de prerrogativas de autonomia ou o descredenciamento da instituição.

Os principais passos do recredenciamento

- 1 Auto-avaliação, que definirá ou redefinirá o perfil institucional e o projeto de desenvolvimento próprios da instituição;
- 2 Documento descritivo elaborado pela Secretaria de Ensino Superior do MEC com informações gerais da instituição, de sua infra-estrutura, dos cursos (graduação, pós-graduação, seqüenciais e de extensão com perfil e desempenho de cada um nas avaliações existentes), do seu corpo docente dos técnico-administrativos, da pesquisa e outras informações (como a descrição sumária da organização institucional, incluindo a administração central);
- 3 Visita da Comissão de Avaliação (constituída por até cinco integrantes) que analisará a documentação apresentada e conferirá *in loco* as informações prestadas. A instituição a ser avaliada escolherá, a seu critério, dois cursos de graduação, duas áreas de pesquisa, um curso de extensão e um serviço. A Comissão selecionará, com seus próprios critérios, mais um curso de graduação, uma área de pesquisa, um curso de extensão e um serviço;
- 4 A Comissão também fará entrevistas com alunos e professores e, se necessário, aplicará um questionário a uma amostra de docentes e estudantes dos cursos e áreas de pesquisa selecionadas;
- 5 Todos os documentos e resultados das visitas serão consolidados em um relatório conclusivo no qual a Comissão de Avaliação poderá recomendar o recredenciamento imediato da instituição ou condicionar ao preenchimento de condições consideradas necessárias para o perfil institucional definido (neste caso, a instituição terá até quatro anos para se enquadrar nos critérios do MEC).

RECREDENCIMENTO

Quantidade pode reduzir a qualidade

Uma das primeiras polêmicas surgidas sobre o recredenciamento das instituições de ensino superior foi a ordem de apresentação para a avaliação. Enquanto o Conselho Nacional de Educação (CNE) pregava que as insuniversidades públicas deveriam ser as primeiras a passar pelo recredenciamento, o ministro Paulo Renato Souza defendia que os problemas das privadas deveriam ser expostos imediatamente. "Não dá para falar de autonomia universitária sem falar de avaliação. As federais são a referência do modelo e por isso têm que ser fortes", diz o presidente do CNE, Éfrem Maranhão.

Jogando para a torcida, o ministro queria começar pelas piores instituições para tocar logo nas feridas do sistema e colher os frutos políticos da correção do processo. "Começar o recredenciamento pelas universidades que irão se sair bem, frustraria a expectativa da população. Temos de começar por onde foram constatados os principais indícios de problemas", declarou em março deste ano.

Seis meses depois, essa divergência é passado para o MEC e o CNE, os únicos lugares que parecem estar debatendo o parecer elaborado para nortear o recredenciamento. "Os pontos onde haviam discordância foram todos discutidos e eliminados", garante Maranhão. Segundo o presidente, venceu o MEC: a opção será começar o recredenciamento pelas problemáticas.

Fábrica de teses

Com tanta pressão por produção, o professor titular do Departamento de Filosofia da Universidade de Campinas, Roberto Romano, acredita que o famoso "jeitinho brasileiro" começará a imperar entre as universidades em pior situação. "Uma série de truques já está sendo adotada pelas instituições", comenta o filósofo, com a experiência de quem participou do Comitê de Filosofia e Teologia da Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes).

Nas bancas de defesa dos trabalhos acadêmicos, Romano vem sentindo a consequência do modelo cobrado pelo Ministério da Educação. "As teses começam a ser uma colagem de textos com pouca elaboração", lamenta. Pela visão do professor da Unicamp, o cenário futuro é desolador. "Qualquer trabalho sério em ciência e tecnologia exige uma maturação demorada. Esta plethora de teses é um atraso para a reflexão e à pesquisa científica", preocupa-se Romano.

Modelo arriscado

Distante do debate oficial, o movimento docente acredita que o rigor nos processos de avaliação pode prejudicar as universidades públicas. Como a busca é por qualidade – um conceito sem plural para o mercado –, universidades públicas e privadas possivelmente terão o mesmo tratamento durante o recredenciamento. "Para as federais, que irão entrar na Autonomia Universitária, é interessante haver uma avaliação para mostrar o que é preciso sanear e recuperar", defende Maranhão.

Os críticos ao modelo inglês de avaliação não acreditam que produtividade deva ser medida pela maior quantidade de índices positivos. Universidades que se dedicam à pesquisa básica, por exemplo, funcionam com programas de longo prazo que, às vezes, demoram para apresentar resultado imediato. Neste caso, uma universidade privada dedicada ao ensino

tem maiores chances de produzir grandes médias na produção de publicações e na formação de professores titulados em menor tempo. "Critérios quantitativos podem distorcer os resultados quando são erigidos de uma forma unilateral", alerta Romano.

Filósofo desconhecido de muitos intelectuais, o britânico Michael Dummet é um dos que nada contra esta corrente dos critérios de avaliação. No prefácio de seu livro *Frege: Philosophy of Mathematics*, publici-

cado em 1991, ele lembra que o filósofo austro-britânico Ludwig Wittgenstein não teria sobrevivido a este sistema, que hoje chega ao extremo de controlar o número de palavras que um acadêmico produz anualmente. Guru do movimento conhecido como Filosofia Analítica e Lingüística, Wittgenstein morreu em 1951, tendo publicado somente um pequeno artigo depois do consagrado *Tractatus Logico-philosophicus*, traduzido para o inglês em 1922.



Paim: nada a temer na avaliação interna da Ufrgs



Ortigara: comunitárias têm medo de perder status

Privadas perderão mais que públicas

Dormir tranqüilo será um privilégio de poucos dirigentes de universidades nos próximos meses. Enquanto as regras para o recredenciamento não forem totalmente conhecidas, somente as instituições de ensino superior que colecionam boa performance nas avaliações implantadas pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) nos últimos quatro anos escaparão ilesas de um rebaixamento. Os pequenos estabelecimentos e aqueles que não se preocuparam até hoje em buscar qualificação estão em franca desvantagem com as grandes universidades.

Pelo parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), a universidade que não passar na avaliação terá quatro anos para se readequar. Se, mesmo assim, não conseguir, poderá ser transformada em centro universitário (instituição com excelência no ensino), faculdades integradas (conjunto de faculdades que ainda não alcançaram qualidade no ensino), faculdades (unidades isoladas) e escolas ou institutos (apenas um curso). O que não ficou claro é se existirá uma relativização entre as diferenças regionais e os problemas de infra-estrutura enfrentados pelo ensino superior, tanto público quanto privado.

O presidente do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung) e reitor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Cleo Ortigara, não sabe o que as oito instituições desta categoria no estado terão de enfrentar. "O temor que nós temos é ficar de fora, mas nada está claro pela falta da homologação do parecer", afirma o reitor. Com 22 cursos e 576 professores (37% são mestres ou doutores), a URI não possui cursos pró-

prios de pós-graduação. Ortigara atribui esta deficiência à dificuldade de fixar, no interior, docentes com titulação. Apesar disso, a instituição, com sede em Erechim e quatro *campi* espalhados pela região norte e noroeste do estado, está correndo para alcançar os critérios de avaliação e não perder seu status de universidade. "Estamos acelerando um pouco as linhas de pesquisa, para não sermos pegos no contrapé", admite o reitor.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), o clima é outro. Registrando conceitos expressivos tanto no Exame Nacional de Cursos quanto no Programa de Avaliação Interna das Universidades Brasileiras (Paiub) e na avaliação dos programas de pós-graduação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), a principal universidade gaúcha não tem medo do recredenciamento. "A Ufrgs não tem nada a temer em termos de avaliação interna, porque temos tradição nesta área", garante o vice-reitor, Nilton Paim.

Paim acredita que o rigor dos critérios de avaliação para o recredenciamento afetará mais as universidades privadas. "O exagero pode criar dificuldades para uma avaliação adequada. Precisamos levar em conta a diversidade e os problemas regionais de cada instituição", lembra o vice-reitor da Ufrgs. Os indicadores que servirão de parâmetros para a avaliação não foram divulgados pelo CNE, o que aumenta o cenário nebuloso. "Somos favoráveis à avaliação, mas ela deve revelar o real estágio de desenvolvimento da instituição e não ter uma função punitiva", preocupa-se Ortigara.

C & T

O Fórum Estadual de Ciência e Tecnologia, formado a partir de iniciativa da Adufrrgs, solicitou aos candidatos ao governo estadual que tornassem público, por escrito, seus planos para a área de C&T. Até o momento, somente o ex-prefeito Olívio Dutra respondeu à solicitação do Fórum. Leia, abaixo, o que pretende fazer pelo setor o candidato da Frente Popular

Ciência e Tecnologia de verdade!

A Frente Popular incorpora em seu Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico um conjunto de políticas ativas baseadas na compreensão de que Estado, em suas diferentes esferas – federal, estadual e municipal – possui um papel insubstituível.

Contrapondo-se à ideologia neoliberal, que idealiza uma sociedade com um Estado mínimo, nossa prática em várias Administrações Populares demonstra a importância do Estado como gestor político do desenvolvimento econômico. Dentro dessa ótica, o Estado deve fomentar, induzir, articular e direcionar o desenvolvimento da sociedade, sempre realizadas em cooperação com outros segmentos sociais.

O Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Frente Popular irá atuar no sentido de fortalecer o tecido econômico, social e cultural do Rio Grande do Sul. Partimos da compreensão de que a Ciência e a Tecnologia precisam estar articuladas a uma estratégia de desenvolvimento econômico, com vistas à ampliação dos níveis de renda e emprego e de que é necessário promover o crescimento científico e tecnológico de maneira harmônica nas várias regiões do Rio Grande.

Para tanto, dispomos de três diretrizes centrais:

- Modernização tecnológica das pequenas e médias unidades produtivas do Estado, para capacitar-las a sobreviver num cenário recessivo marcado por um processo de abertura comercial indiscriminada.
- Articulação da pesquisa agropecuária com a política agrícola estadual, em sintonia com a extensão rural e assistência técnica.
- Apoio ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras capazes de serem materializadas sob a forma de novos produtos e serviços.

Neste sentido, nosso Governo atuará como gestor do desenvolvimento tecnológico do Estado articulando universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo, constituindo infra-estruturas para a pesquisa e o

desenvolvimento e estruturando um sistema alternativo de crédito para inovação. Só assim é possível ampliar a apropriação social dos benefícios gerados pela ciência e a tecnologia e democratizar o acesso à informação. Nossa prática aponta referências importantes nesta área, como a Incubadora Empresarial Tecnológica (Ietec) e as ações do Projeto Porto Alegre Tecnópole, ambas desenvolvidas de forma conjunta pela Prefeitura de Porto Alegre e outras instituições públicas e privadas.

Entre as diversas ações previstas, merece destaque a criação do programa de extensão tecnológica que prestará assistência às pequenas e médias empresas para a sua modernização bem como o estabelecimento de uma rede de incubadoras de negócios que possibilitará a renovação permanente do tecido econômico regional.

Lutaremos para que a União não se furte às suas responsabilidades no financiamento da pesquisa básica necessária para o desenvolvimento científico e tecnológico a longo prazo. Complementarmente, o Governo da Frente Popular honrará seus compromissos e apoiará a pesquisa básica através de suas instituições de fomento.

Ao contrário da prática do atual governo, cumpriremos a Constituição Estadual repassando os recursos a que tem direito a Fapergs. Além disso, trataremos a dívida referente a esses repasses – não realizados pelos governos anteriores – com o mesmo status dos compromissos constitucionais e legais em relação às áreas da educação e da saúde. Ou seja, serão objeto de discussão democrática com o conjunto da sociedade através dos mecanismos de participação que caracterizam nossos governos.

Em síntese, nossas ações no campo da ciência e tecnologia contribuirão para um desenvolvimento econômico e social mais justo, equilibrado e harmônico, voltado – de verdade – para o atendimento dos anseios e ideais da sociedade gaúcha.

JURÍDICO



Decisão sobre pagamento da URP não afeta os professores da Ufrgs

Para não causar confusão entre os docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), a Assessoria Jurídica da Adufrrgs resolveu esclarecer a notícia sobre uma derrota na Justiça. A reclamatória trabalhista 1439/92, movida por 609 professores da Ufrgs, foi julgada improcedente e deveria deixá-los sem o pagamento da diferença salarial referente aos 26,05% da URP de fevereiro de 1989. Entretanto, uma decisão sobre o mesmo caso permite que eles continuem recebendo este valor – juntamente com os colegas que não ajuizaram ação em separado – até que a Justiça tome uma decisão definitiva sobre o caso da URP.

Os autores que perderam a ação (Marcelle Reesink Cerski e outros) foram beneficiados por outra decisão judicial, prolatada no processo nº 13146.06/89, movido pelo Sindicato Nacional das Associações de Docentes do Ensino Superior (Andes-SN) contra a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Esta vitória permitiu que todos os docentes associados, que naquela época eram celetistas, recebessem o índice. Como a sentença não excluía aqueles que haviam proposto ação individual ou plúrima (mais de um autor) com pedido idêntico, ficou valendo a solicitação anterior.

Portanto, mesmo com a derrota nesta ação plúrima, os 609 professores continuarão recebendo a diferença da URP 89. Pelo menos até que aconteça o julgamento definitivo da ação rescisória movida pela Ufrgs. A Assessoria Jurídica da Adufrrgs lembra aos demais professores ligados à entidade que os 26,05% continuarão sendo pagos normalmente até que uma nova decisão seja proferida na ação rescisória.

Há vagas para leitores de entrelinhas



O **Adverso** tenta fazer do jornalismo sindical aquilo que ele deveria ser: um instrumento de reflexão.

Em reportagens, artigos, ensaios, críticas e outras formas de textos você vai ter a chance de ler um pouco do que a **academia discute**, mas a grande imprensa nem sempre publica.



Demétrio Ribeiro / Professor Emérito da Ufrgs

Ditadura e culto da Humanidade

A confusão mais comum

Antes de mais nada, é necessário repetir que o pensamento de Comte é uma espécie do gênero positivismo. O positivismo, no sentido amplo do termo, é uma expressão filosófica do racionalismo científico no século XIX. O que há de específico em Comte é ele ter considerado que os métodos aplicáveis às ciências físicas e naturais não bastam para resolver as questões sociológicas. Chegou à convicção de que, em termos de sociedade, não cabe a simples observação científica por ser a humanidade protagonista da sua própria evolução. A partir dessa descoberta, Comte centrou toda a sua filosofia na meta do progresso da humanidade. Atribuir ao positivismo de Comte, e dos seus adeptos brasileiros, o cientismo mecânico de outros positivismos é, portanto, um erro crasso.

Desconhecimento surpreendente

O desconhecimento existente entre nós, sul-rio-grandenses, a respeito do positivismo, surpreende quando se pensa na importância conferida oficialmente a essa doutrina pelos governantes deste estado no início do século. Entre os raros templos dedicados à Religião da Humanidade existentes no mundo, um se acha em Porto Alegre. Poucas também foram as expressões artísticas dos ideais positivistas. Entre elas, se conta a arquitetura do edifício que abriga a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, cuja fachada destina nichos a efígies de grandes homens escolhidos por Augusto Comte para figurarem no Calendário Positivista. Não existe nessa biblioteca nenhum exemplar de uma das duas obras capitais de Comte: a "Política Positiva"; sendo que a "Filosofia Positiva" só pode ser encontrada entre os livros antigos de difícil consulta. Estagiária de biblioteconomia, ali em atividade, nunca ouvira falar em Augusto Comte.

Ditadura e religião laica

Dito isto, esclarecemos que o objetivo no presente trabalho se reduz a contestar as falsas interpretações geralmente difundidas a respeito de dois pontos importantes, principalmente no que concerne à influência positivista no Rio Grande do Sul. São eles o conceito ditatorial do poder e a necessidade do Culto à Humanidade.

Conceito científico de poder político

De um ponto de vista científico, não tem consistência buscar fontes de legitimidade metafísica do poder político e, menos ainda, em resultados numéricos de votações. A legitimidade histórica de um governo reside, segundo a ciência positiva, no acatamento consciente dos governados, suscitado pelo comportamento dos governantes.

A partir disso, a noção de ditadura republicana deriva diretamente da idéia central da política positiva: O progresso humano consiste no desenvolvimento da consciência do todo social, superando o egoísmo individual. Desenvolver a sociabilidade e o altruísmo é a razão de ser de qualquer atividade humana, inclusivamente do labor científico e, evidentemente, da vida política.

A evolução mental

A consciência de pertencermos todos a

um Grande Ser – a Humanidade – cresce, segundo Comte, com a evolução mental dos homens. As ilusões e superstições são cada vez mais substituídas pelo conhecimento racional e científico. A situação social mais favorável ao progresso mental e social dos homens é a vigência da ordem material acompanhada de completa liberdade de pensamento e de discussão. Cumpre, portanto, buscar, em cada situação concreta, o caminho aberto pela realidade política na direção da ordem, para assegurar o progresso.

A ordem para o progresso

Importante é notar que, para Comte, os abusos do poder e a opressão também são desordem. O movimento positivista brasileiro compreendeu isso com clareza. Em 1906 e 1908, o Apostolado Positivista manifestou-se em defesa dos grevistas (carroceiros e portuários) em luta pela jornada de 8 horas, reivindicação então julgada utópica e subversiva pelas classes conservadoras.

Ditadura contra o arbítrio

No Rio Grande do Sul, o confronto entre o governo republicano de inspiração positivista com os até então donos do poder, como se sabe, de extrema violência, exemplifica a aplicação da doutrina num quadro de atraso político.

A correlação de forças ao instaurar-se a República resultará na adoção, em nosso estado, de uma constituição baseada na ditadura republicana. O novo poder apoiou-se num partido oficial representado no interior do estado por chefes políticos recrutados entre os proprietários rurais médios e até pequenos.

A tradição rio-grandense era de onipotência dos grandes proprietários, incapazes de conceber sequer a existência de alguma autoridade superior ao seu arbítrio pessoal. Sabe-se o quanto foi difícil ao Exército imperial fazer-se obedecer, até mesmo no campo de batalha do Paraguai pelos terratenentes gaúchos da Guarda Nacional. A mentalidade feudal era tão vivaz no Rio Grande do Sul que perdurava ainda nos anos vinte deste século. Não era raro um grande fazendeiro receber como ofensa pessoal a prisão de um empregado seu pela Polícia, mesmo em flagrante. E o interessado era o primeiro a exclarar: "Não esqueçam que eu sou gente do doutor Fulano!!". Em 1893, a consulta eleitoral à Nação era a proposta dos monarquis-

O bicentenário de Augusto Comte cria uma oportunidade para esclarecer algumas das mais freqüentes distorções na interpretação da sua doutrina



tas. O resultado teria sido, obviamente, a consagração da onipotência latifundiária no Estado.

Três décenios de oposição

Discute-se se a ditadura republicana rio-grandense foi ou não foi progressista. De qualquer forma, não se colocou a serviço das classes mais reacionárias.

A política de colonização agrícola, a atenção prioritária às regiões de pequenas propriedades e ao estímulo à indústria, inclusivamente no plano do ensino técnico não universitário, as interferências do Estado na economia como o tabelamento dos preços de 1917 para proteger os trabalhadores em greve e, por fim, a resistência à entrega a grandes empresas estrangeiras de responsabilidade econômica do Estado, podem explicar a constante e irredutível oposição dos grandes fazendeiros ao governo republicano. O considerável fortalecimento da pecuária extensiva, resultante da instalação dos frigoríficos ingleses e americanos no final da Primeira Guerra Mundial, possibilitou a derrubada do governo ditatorial pela aliança dos veteranos de 1893 com a pequena burguesia democrata, na insurreição armada de 1923.

A religião desconhecida

O ponto menos conhecido da doutrina de Augusto Comte é a Religião da Humanidade. Quando Comte postulou a necessidade, a seu juízo cientificamente comprovada, de uma religião positiva, ou seja, uma ação moral transformadora, provocou protestos, desercões e, sobretudo, incompreensões. Até hoje podem ser encontradas em livros didáticos ou em encyclopédias, distorções escandalosas da noção de religião positiva. Chegasse a confundir a religião proposta por Comte com o retorno ao misticismo quando se trata, pelo contrário, de religião apenas no sentido de pensamento coletivo e, no caso, de um pensamento laico, baseado na ciência, na razão e no amor humano, sem qualquer busca de contato com divindades ou forças sobrenaturais.

Preponderância dos sentimentos

Comte reconhecia a insuficiência do conhecimento intelectual para formar um ser humano completo, destacando a necessidade de atuar sobre os sentimentos, desde a infância, sem ferir a razão e a Ciência. Adquiriu a convicção de que sem desenvolver os sentimentos espontâneos e elementares

mais generosos, como a indignação perante a injustiça, a admiração pelos que se sacrificam, o desejo de ajudar os que sofrem, não pode haver progresso humano verdadeiro.

A Religião da Humanidade é, portanto, uma decorrência lógica da idéia central do pensamento de Augusto Comte: O progresso humano radica no desenvolvimento da sociabilidade e da consciência social, superando o egoísmo. Consiste no desenvolvimento e na generalização das concepções científicas e racionais da sociedade e da natureza humana, superando as ilusões teológicas ou metafísicas. Isso pressupõe que em cada indivíduo se consolide também afetivamente a percepção fundamental de pertencermos todos a um grande ser indivisível, a Humanidade, e não sermos indivíduos pré-destinados a lutarem entre si.

O essencial e as formas

Discutir a Religião da Humanidade é um desafio à nossa isenção científica, que deve ser capaz de distinguir o conteúdo essencial da doutrina das práticas rituais propostas, por vezes desconcertantes para a nossa cultura. São essenciais à prática positivista processos sistemáticos coletivos e individuais de estímulo e de educação dos sentimentos altruístas existentes entre nós desde a infância. Trata-se do enaltecimento do amor humano em todas as suas manifestações. O culto consiste na evocação de todas essas expressões, desde o amor filial até a admiração suscitada pelas grandes criações artísticas.

Os ritos

E, por outro lado fundamental para qualquer religião, e muito especialmente para uma religião da solidariedade humana, um vínculo social forte entre todos os seus adeptos; sendo, por sua vez, também fundamental para a solidade desse vínculo, a prática de ritos simbólicos que se mantêm fixos no espaço e no tempo. Coerente com essas constatações da ciência social, Comte estatuiu determinados ritos a serem praticados por seus adeptos. Incorporou a esses ritos diferentes formas de evocação de fatos históricos, inclusivamente fatos relativos à própria fundação da religião e de suas experiências pessoais.

Diversas razões de ordem cultural podem explicar por que só um diminuto número de seus adeptos o acompanharam nesse caminho. No Brasil, eles demonstraram entusiasmo para erigir templos e fundar um apostolado atuante.

Influência efetiva da religião

A limitada aceitação dos rituais estabelecidos pelo Mestre tem feito subestimar a influência real do seu conceito de religião positiva. No caso particular dos positivistas brasileiros, que têm sido os mais fiéis discípulos de Comte, o número de religiosos é muito maior do que o dos praticantes dos ritos. Muitos positivistas não-praticantes do culto identificam-se, apesar disso, com o conceito de Religião da Humanidade. E é justamente na adesão profunda do positivismo brasileiro à idéia de religião que reside a fonte da força moral característica de sua atuação histórica. *(Conclui na próxima edição)*

James Görgen / Jornalista

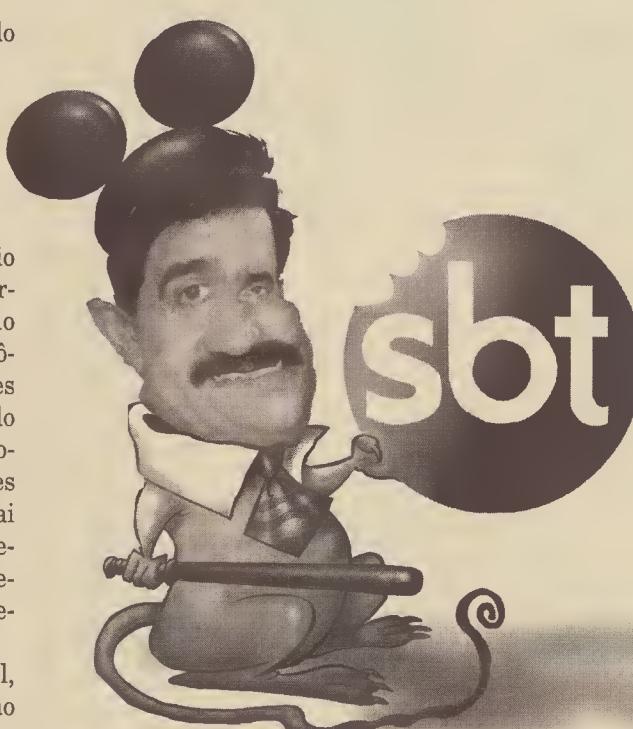
O Queijo, o Rato e os Vermes

E o rato ameaça roer a roupa do rei do SBT. O que eram apenas boatos se tornaram evidências claras de um risco iminente. Com a aterissagem do apresentador Carlos Massa, o Ratinho, no aeroporto de estrelas da segunda maior rede de televisão do Brasil, a pista pode ceder para o lado mais forte: de seu proprietário, o ex-camelô Silvio Santos. Para quebrar a espinha dorsal de seu concorrente mais perigoso, a Rede Record, o empresário apostou todas as suas fichas na contratação do fenômeno televisivo do ano. Poderá pagar R\$ 43 milhões de multa rescisória na negociação mais comentada do momento. Acertou um salário milionário com sua nova atração, que irá embolsar outros R\$ 10 milhões por ano (R\$ 800 mil mensais), num contrato que vai até 2002. Não sendo mágico como aqueles que apresenta em seus programas de auditório, como o empresário fará para cobrir esta descapitalização sem quebrar sua rede?

Investindo no estranho, burlesco, bizarro, sensual, esdrúxulo e popularesco. O resto será enxugado ao máximo. Acreditando piamente na fórmula que o fez permanecer incólume na programação dominical da televisão nos últimos 30 anos, Silvio Santos não enlouqueceu. Ele somente resolveu chamar para si, novamente, a responsabilidade de manter sua rede em segundo lugar. Nos últimos tempos, os índices da audiência da Record vinham incomodando.

Abalada, a terceira colocada no Ibope continua na briga. Enquanto sondam novos nomes para ocupar o vazio deixado por Ratinho, seus diretores esperam recuperar espaço com o carisma do substituto, o Leão Gilberto Barros, e a boa audiência de sua primeira aposta em telenovelas. Com uma pancada só e comprometendo cerca de 10% do faturamento anual do SBT, o "Homem do Baú" pensa ter aniquilado os vermes que corroíam sua grade de programação. Para a revista *Veja* ele declarou que fez "um bom negócio" e que o investimento se paga em dois anos.

Em síntese, essa é a estratégia que Silvio Santos deixa ventilar do alto de seu império, que tem como base o imponente Complexo Anhangüera, em São



Paulo. O mesmo espaço visitado pela Superintendente Executiva da Rede Globo, Marluce Dias da Silva, na semana da saída de Ratinho da Record. Apesar de ser rotulada como uma cortesia, que teve o próprio SS como cicerone, a passagem da toda-poderosa da Globo pelos estúdios inimigos levantou suspeitas. Uma delas era de que a emissora carioca estaria interessada na compra do Complexo, que já foi oferecido à mexicana Televisa para produção de teledramas.

Na tática do tudo por um rato, que se arrasta há cerca de uma ano, Silvio Santos já demitiu mais de 200 funcionários do Departamento de Jornalismo e prometeu extinguir o núcleo de teledramaturgia. Parece que não foi o suficiente. A pesada multa rescisória ainda não foi paga e a Record vem movendo três ações judiciais para cobrar a dívida.

Cercado de advogados, Carlos Massa refez as contas. O advogado Sérgio D'Antino garante que a multa a ser paga é de R\$ 20 milhões, uma vez que os ou-

etros R\$ 23 milhões são relativos à quebra de contrato com a Abba Produções, empresa que controlava os sorteios 0900. Como o serviço foi suspenso pela Justiça, o apresentador não deveria a quantia astronômica que reza no contrato. A idéia é tentar provar que o apresentador deixou a emissora por não estar satisfeito com as condições de trabalho e não porque foi convidado a trabalhar no SBT.

Perseguido o lucro, SS contratou a dançarina Carla Perez e desde julho vem mantendo-a em casa com um polpudo contracheque de R\$ 60 mil. Quando todos pensavam que o game show telefônico que a ex-baiana do *É o Tchan!* iria apresentar no SBT havia bailado, a emissora passou a anunciar a atração para este mês, direto de Salvador, paralelamente à estréia de Ratinho. Os dois não irão protagonizar nenhuma inovação televisiva. Sem maiores preocupações de

conteúdo formativo ou informativo, pela cartilha de Silvio Santos eles só precisam fazer o que sabem fazer melhor: seduzir e polemizar, respectivamente. Com isso, estaria garantido o filão do ouro por mais alguns anos. Nem seus colaboradores acreditam nisso.

Poucas horas antes de Ratinho e SS fecharem questão, o empresário levou um soco no estômago. Luciano Callegari, consultor artístico do SBT, e Guilherme Stoliar, diretor-executivo do Núcleo da Geradora, pediram demissão. Com o primeiro, o apresentador trabalhava desde os anos 60; o segundo é seu sobrinho, cunhado e braço direito há duas décadas.

Stoliar e Callegari saíram porque discordam das idéias populares do gênio dos programas de auditórios. Confianto apenas no termômetro de suas colegas de trabalho e no aval de sua Diretoria Financeira, SS acredita estar no caminho certo para atrair mais telespectadores e, com eles, anunciantes. Foi assim na estréia do *Programa do Ratinho*, que bateu os índices da Rede Globo. Para tirar o sono do *self-made man* brasileiro, resta a resistência da publicidade ao estilo Ratinho e os fantasmas de programas como *Aqui Agora* e *Márcia*, que assustaram a concorrência por pouco tempo.

ORELHA

Ensinar e Aprender Geografia

Neiva Otero e outros. Aborda as questões teóricas e práticas, relativas ao ensino e à aprendizagem em Geografia, na perspectiva dos novos paradigmas para a Educação. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 192 pp.



Dicionário de Psicologia

Roland Doron e Françoise Parot. Obra voltada para psicanalistas, psicólogos, psiquiatras e aspirantes, apresenta verbetes assinados por especialistas belgas, franceses e suíços. Editora Ática, 864 pp.

Ladrões do Sono

Stanley Coren. Do diretor do Laboratório de Neuropsicologia e Percepção Humana da Colúmbia Britânica, o livro traz testes sobre insônia e sugestões para livrar-se do problema. Editora Cultura, 208 pp.



HEMEROTECA

Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Folha de São Paulo

WWW

Passeio pelo Universo
www.bang.lan.gov/solarsys/
portg/homepage
Tudo sobre a Astronomia
Evolução das espécies
www.phylogeny.arizona.edu/tree/
A filogenia da vida on line

AD NAUSEAM

TRISTE VIDA DE RICO...

Ô TÉDIO, MEU POVINHO!



Um liberal para controlar o capital

Foi durante o congresso Globalização e Pensamento Econômico Contemporâneo, realizado em Cuba, em julho deste ano, que o professor da Ufrgs, Fernando Ferrari Filho, destacou-se entre os colegas cubanos e foi chamado para conversar com Fidel Castro. Em sua exposição, Ferrari buscou no "economista burguês", John Maynard Keynes (1883-1946), as soluções para as crises financeiras que abalam os mercados no mundo inteiro. Keynes preconizava a necessidade de regulação do mercado, e os cubanos viram que o britânico liberal já enfatizava, no início do século, a necessidade de regras monetárias e cambiais para evitar o fluxo de capitais que desestabilizam a economia dos países. Adverso apresenta uma pequena mostra das idéias de Ferrari que, desde então, passou a ser conhecido como el brasileño que habló con Fidel.

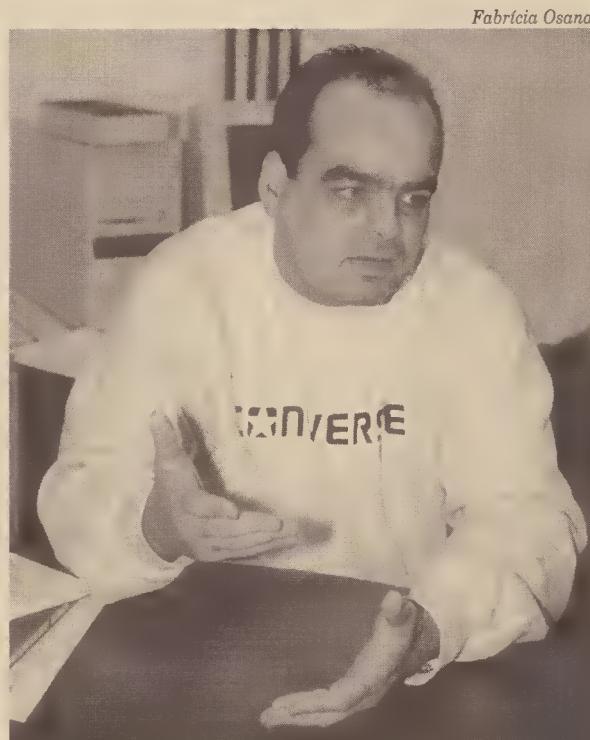
ADverso – Com o vendaval que acomete o mercado financeiro internacional, muitos economistas alertam para a necessidade de controle do fluxo de capital. A professora Maria da Conceição Tavares acha que é preciso acabar com o que ela chama de "grande cassino internacional". O que o senhor pensa disso?

Fernando Ferrari – É consenso que, se não for feito nada, o sistema entra em colapso. E o que tem que ser feito passa, necessariamente, pelos EUA e demais integrantes do G-7 (Canadá, Alemanha, Japão, França, Inglaterra e Itália). Veja que a crise asiática começou em países essencialmente emergentes, com pouco dinamismo econômico, depois chegou na Coréia, peso pesado nos emergentes, atingiu o Japão, que é a segunda economia do mundo, está perturbando a China e afundou a Rússia. Os ataques especulativos são difíceis de serem controlados pelos países, dadas as atuais volatilidades de capitais, juros, etc. Então, é necessário que o G-7 coloque um fim nessa brincadeira e estabeleça regras para tornar o capital internacional menos fúgio possível. O próprio Keynes dizia que é preciso controlar o capital especulativo. A questão é como se implementar isso.

Adverso – Não é possível que o Brasil assuma outra perspectiva que a atual, implementada pelo Governo FHC?

Ferrari – Sim, mas é bastante complicado. A meu juízo, seria melhor um arranjo em nível internacional para assegurar robustez nas práticas de controle de capitais. Uma coisa é certa para o próximo governo, seja qual for: controle de capitais é necessário para que o País não fique tão vulnerável como se encontra. Se o influxo de capital não ocorrer porque não somos confiáveis ou porque estamos fadados a ser a bola da vez, a crise monetário-financeira é inevitável. Aí, o câmbio é desvalorizado abruptamente, os juros vão para o espaço e o jogo do círculo vicioso é realimentado. Acho que, nesse particular, a Conceição Tavares está certa porque é irresponsabilidade não apregoar nenhuma medida de controle de movimento de capitais voláteis. Stiglitz, economista do Banco Mundial, e Krugman, candidato potencial ao prêmio Nobel de Economia, estão dizendo isso. Eles são economistas identificados com a ortodoxia econômica que, contrariamente ao pensamento ortodoxo, propõem um bas-ta ao oba-oba do capital rentista-especulativo internacional.

Adverso – O economista Paulo Nogueira Ba-



Ferrari: regras monetárias para fugir à crise mundial

tista Jr. diz que os investimentos do capital internacional, feitos no Brasil, não geram capacidade produtiva. Como o senhor avalia isso?

Ferrari – A transferência de ativos estatais para privados internacionais, aparentemente, não gera investimento novo. De imediato, quando se privatiza a Telebrás, por exemplo, está havendo um ingresso substancial de dólares, dinamizando a robustez das reservas cambiais. E isso é muito importante. Eu não discuto a privatização sob a ótica ideológica. A meu juízo, as questões são como privatizar e o que fazer com os recursos. Temos vários exemplos, no Brasil, de transferência do monopólio público para o monopólio privado. Em nível nacional, a Gerdau monopolizou o complexo siderúrgico do país. No Rio Grande do Sul, a CRT passou a ser monopólio da RBS e de um grupo espanhol, e assim por diante. Além disso, o Governo está utilizando o dinheiro da privatização para abater o estoque da dívida interna. É um absurdo! Somente os fluxos de rolagem da dívida interna absorvem os recursos originados das privatizações. O lado positivo da privatização é que as empresas privatizadas, que não tinham condições de investir em infraestrutura e em atender às demandas reprimidas, agora poderão investir para suprir o gap entre oferta e demanda. Nesse sentido, eu discordo do Nogueira Batista. Isto é, o investimento futuro será materializado.

Adverso – Mas as empresas privatizadas que passaram ao controle do capital externo vão enviar os lucros para fora. Com isso, o Estado não estará perdendo novamente?

Ferrari – Na medida em que as estatais passam a ter controle acionário de capitais internacionais, isso diz respeito à legislação sobre remessa de lucros e *royalties*. Isso, cedo ou tarde, pressionará os desequilíbrios da balança de pagamentos, via conta de serviços. A questão é estabelecer legislação adequada sobre remessa de lucros e *royalties*.

Adverso – O Governo tem demonstrado disposição em lançar um programa de combate ao déficit e de controle fiscal depois das eleições. O senhor acha que isso acontecerá?

Ferrari – Quaisquer que sejam as medidas, elas devem passar pelo ajuste fiscal. Um ajuste à la Lula, me parece, seria centrado fundamentalmente na reforma tributária. A questão é como viabilizar isso no Congresso Nacional, conforme as premissas preconizadas pelo programa petista. E um ajuste à la FHC não será muito diferente do que foi feito até agora: rationamento de gastos de custeio e de pessoal, aumento de impostos e reformas previdenciária e patrimonial, entre outras. Qual é o grande êxito da economia nos últimos quatro anos? Sem dúvida, é o controle de preços. Agora, o custo do controle inflacionário é extremamente preocupante porque estamos muito vulneráveis ao capital internacional. O próximo governo terá que solucionar os dois principais desequilíbrios: déficit público e balança de pagamentos.

Adverso – Nos ajustes que o senhor aponta, verifica-se que implicarão em vetores que irão contra o crescimento...

Ferrari – Na ótica de FHC, sim, vetores que vão arrefecer o crescimento. A meu juízo, para se reduzir o déficit público, tem que se reduzir a taxa de juros e, para isso, tem que mexer na taxa de câmbio... A reforma tributária é fundamental para o ajuste do setor público. Todavia, o Governo vai continuar apostando no processo de privatização. Afinal, ainda há muito patrimônio público para ser privatizado, entre os quais o Banco do Brasil, bancos estaduais, sistema Eletrobrás e Petrobrás. O governo pode privatizar para abater o estoque da dívida interna, porém, dada a atual taxa de juros, a dívida sempre será dinâmica.

Adverso – Mas o Governo diz que houve crescimento nos últimos quatro anos, o que comprovaria que sua política é a mais acertada...

Ferrari – Houve crescimento, porém as taxas estão decrescendo. Nos últimos dois anos, face aos desequilíbrios interno e externo e à crise internacional, a taxa de crescimento do PIB caiu consideravelmente e o desemprego se elevou. No final de 1994, o PIB cresceu 6% e a taxa de desemprego estava em torno de 5,5%. Atualmente, o desemprego está na casa dos 8% e as projeções indicam que o PIB deverá crescer 1,5% em 1998, quando não havia ataque especulativo e quando, na balança de pagamento, não havia crise. Diante desses números e com a crise internacional se agravando, a tendência é que a economia brasileira passe a experimentar uma situação permanente de equilíbrio com desemprego. Ou seja, o País não terá condições de ter um crescimento auto-sustentável. A perspectiva de crescer 0,5% *per capita* ao ano, para um país que já teve um PIB per capita crescendo 6% ao ano, é muito emblemática.

Adverso – Em recentes entrevistas, Delfim Netto tem declarado que o PT e o Lula não são tão feios como pintam, e que as propostas petistas aproximam-se do que ele acredita que seja a saída para o País. Em resumo, vê-se que há um grau de convergência das propostas do PT com a Direita econômica. Como o senhor avalia isso?

Ferrari – Se lembrarmos que foi Delfim Netto, então professor na USP, que divulgou Keynes e principalmente Kalecki nos cursos de Economia daquela instituição, eu não me surpreendo. Minha surpresa é que não há, a meu juízo, uma proposta econômica clara do PT. O que existe são opiniões isoladas. Mas um projeto para as questões econômicas, conjunturais e estruturais, do PT, eu desconheço. Os 13 pontos que foram divulgados recentemente para a imprensa como proposta econômica do PT é a mesma coisa que FHC fez e faz: promessas! A questão é saber de onde virão os recursos para gerar emprego, expandir o PIB, por exemplo, quando há desequilíbrios crônicos, interno e externo. Por isso, eu entendo que o Delfim Netto esteja, na questão econômica, mais realista e ousado do que as propostas do PT. A questão essencial que o PT tem que entender é: qual é o coletivo possível? *